
**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA
FAMILIAR DA ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE
MIRASSOL D'OESTE, MATO GROSSO**

**SOCIOECONOMIC CHARACTERIZATION OF FAMILY
FARMING OF THE HORTIFRUIT ASSOCIATION DE
MIRASSOL D'OESTE, MATO GROSSO**

Junior Miranda Scheuer

Universidad de la República, Facultad de Agronomía, Montevideo, Uruguay
jscheuer@fagro.edu.uy

Hellen Simone Tortorelli

Universidade do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso, Brasil
hellentortorelli@gmail.com

Sandra Mara Alves da Silva Neves

Universidade do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso, Brasil
ssneves@unemat.br

Resumo

A relevância da agricultura familiar para o cenário socioeconômico é inquestionável, entretanto, há limitações que cerceiam o seu desenvolvimento. O objetivo do artigo é caracterizar os aspectos socioeconômicos da agricultura familiar da Associação de Hortifrutigranjeiros do município brasileiro de Mirassol D'Oeste, estado de Mato Grosso, vinculada a perspectiva do desenvolvimento rural. O estudo partiu da revisão do estado de arte, levantamento de dados secundários e documentais, e no estudo de caso a partir de entrevistas semiestruturadas com 26 agricultores vinculados a Associação. Combinaram-se as técnicas qualitativas, desde a análise de conteúdo, e quantitativas, com base na estatística descritiva. A agricultura estudada é heterogênea enquanto ao contexto histórico familiar, que migraram de distintos territórios até Mirassol D'Oeste, dando um “novo começo à vida” a partir da ruralidade e da constituição de laços sociais e/ou matrimoniais. O perfil etário se caracteriza como adulta, encaminhando-se para um envelhecimento rural, o que muito provavelmente afetará a sucessão familiar. Encontraram-se alguns indicativos de uma “masculinização rural”, cabendo as mulheres as atividades “mais leves” e afazeres domésticos. O acesso a políticas é limitado, o nível de escolaridade é baixo, assim como a renda familiar, essencialmente da agropecuária, mas com um aporte desde a força de trabalho da mulher como doméstica. Constatou-se uma diversificação produtiva e inserção comercial a partir das feiras livres. A análise nos possibilita a discussão de políticas públicas que poderiam ser desenhadas considerando as particularidades do território, conciliando um desenho que fomente o desenvolvimento rural da agricultura familiar.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Feiras livres. Políticas públicas. Famílias rurais. Associativismo.

Abstract

The relevance of family farming to the socioeconomic scenario is unquestionable, however, there are limitations that hinder its development. The objective of the article is to characterize the socioeconomic aspects of family farming of the Associação de Hortifrutigranjeiros in the Brazilian municipality of Mirassol D'Oeste, state of Mato Grosso, linked to the perspective of rural development. The study started from the review of the state of the art, examen of secondary data and documents, and in the case study from semi-structured interviews with 26 farmers related to the Association. Qualitative techniques, from content analysis, and quantitative, based on descriptive statistics, were combined. The farming studied is heterogeneous in terms of the family's historical context, who migrated from different territories to Mirassol D'Oeste, giving a "new beginning to life" from rurality and the constitution of social and/or matrimonial ties. The age profile is characterized as an adult, heading towards rural aging, which will most likely affect family succession. Some indications of a "rural masculinization" were found, with women being responsible for "lighter" activities and household chores. Access to policies is limited, the level of education is low, as well as family income, essentially from agriculture, but with a contribution from the women's workforce as a housemaid. There was a productive diversification and commercial insertion from free fairs. The analysis allows us to discuss public policies that could be designed considering the particularities of the territory, reconciling a design that promotes the rural development of family farming.

Keywords: Rural development. Free fairs. Public policy. Rural families. Associativism.

Introdução

A agricultura familiar brasileira cobra relevância social, econômica e política a partir da década de 1990, fruto das constantes manifestações de diferentes atores sociais que reivindicavam a (re)valorização dessa categoria socioprodutiva. Para compreender a construção do conceito "agricultura familiar", se apresenta uma breve discussão desde três perspectivas analíticas: normativa, acadêmica e dimensional.

Referente a perspectiva normativa, a redemocratização do Estado brasileiro em 1985 abriu caminho para um conjunto de reformas institucionais (Carta Magna – 1988), dentre elas a liberdade de expressão, o fortalecimento democrático e a descentralização das políticas públicas (SCHNEIDER, 2010). Sobre esses pontos, os movimentos sociais encontraram guarida e passaram a atuar mais incisivamente, reestabelecendo seu papel de influência e exercendo pressão por políticas específicas à agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014; BELEM; RADOMSKY, 2018).

Desde então, surgiram um conjunto de políticas públicas direcionadas a essa categoria social e que visavam o desenvolvimento rural (PICOLOTTO, 2014). Entre elas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – 1994) e a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 – 2006), instrumentos que aprofundaram a terminologia e discussão conceitual a respeito da agricultura familiar (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

O PRONAF foi uma das primeiras políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, no qual viabilizava o crédito rural a uma determinada população objetivo. Os potenciais beneficiários do programa foram delimitados desde alguns aspectos: agricultor/a que explorava, independentemente da posse, uma fração limitada de terra, com ausência de mão de obra permanente, residência da família na propriedade ou nas proximidades, além de 80% da renda bruta ter origem do estabelecimento (BIANCHINI, 2015).

Coerentemente, o PRONAF foi o embrião para a legitimação normativa da categoria social por meio da Lei da Agricultura Familiar (MATTEI, 2014). Na lei, se estabeleceu como agricultor/a familiar aqueles estabelecimentos agropecuários que (i) empregam fundamentalmente mão de obra familiar, (ii) gestão agropecuária organizada pelo núcleo familiar, (iii) área não superior a quatro módulos fiscais (valor determinado à cada município, expressado em hectares) e, (iv) renda familiar com um percentual mínimo do próprio estabelecimento (BRASIL, 2006).

O marco normativo da agricultura familiar também sofreu influência, além dos movimentos sociais, dos debates incitados pela academia. A terminologia, até então adotada, era diversa e distinta conforme as características regionais: seringueiros, no Norte; lavradores, no Nordeste; meeiros, no Centro-Oeste; caboclos, no Sudeste; e, colonos, no Sul (NAVARRO, 2001). Outros sinônimos também eram empregados, por exemplo, pequenos agricultores, produtores familiares, agricultores de subsistência, camponeses etc. (NIEDERLE, 2017).

Embora houvesse terminologias antagônicas, os conceitos teóricos compartilhavam alguns elementos em comum, no qual encaminham a uma compreensão sobre o conceito de agricultura familiar. Sublinha-se a inter-relação dos fatores de produção (i) terra, (ii) trabalho e (iii) capital, versatilidade entre a mão de obra familiar e contratada, gestão familiar do estabelecimento agropecuário, residência na propriedade e/ou nas redondezas, limitação da área produtiva, fonte de ingresso familiar com base na

agropecuária e, produção destinada ao autoconsumo e/ou comercialização (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989/90; ESCOBAR; BERDEGUÉ, 1990; LAMARCHE, 1993; CARNEIRO, 1999; RENOLFI; PÉREZ, 2005).

Aliada a dialética acadêmica, a partir dos anos de 1990 surgiram estudos governamentais, intergovernamentais e de organizações independentes direcionadas a caracterização do perfil da agricultura familiar, tendo como horizonte o desenho de políticas públicas: (i) “Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural” (Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); (ii) “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável” (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura -FAO- e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA-); (iii) “Perfil da agricultura familiar no Brasil” (FAO e INCRA); (iv) “O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto” (INCRA e FAO); (v) além dos censos agropecuários que proporcionam uma ampla base de dados sobre a categoria.

O relevamento teórico e político propiciou o reconhecimento da dimensão da agricultura familiar para o cenário nacional. Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos são familiares, ocupam somente 23% da área agricultável, são responsáveis por 67% da mão de obra do setor agropecuário e, 23% do valor gerado pela produção tem origem familiar. Além disso, se destaca pela produção de açaí (79%), pimentão (71%), mandioca e caprinos (70%), abacaxi (67%), alface e leite de vaca (64%), suínos (51%), banana (48%), aves (45%), café (38%), feijão (23%), entre outros (IBGE, 2017).

Com base nos dados e interpretações acadêmicas, se atribui a agricultura familiar o potencial de absorção de mão de obra, geração de renda familiar e não familiar, capacidade de uso e exploração dos recursos naturais com tendência sustentável, valorização da produção e consumo local/territorial, fortalecimento da economia local, importância na segurança alimentar e nutricional pela disponibilidade de alimentos etc., variáveis atreladas ao desenvolvimento rural (FARIAS et al., 2017; PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017; CRUZ et al., 2020).

Entende-se por desenvolvimento rural os processos de resgate, geração e transferência de tecnologia, aumento da produção e produtividade em um contexto sustentável, promoção de redes associativas, fortalecimento das economias locais,

comercialização em circuitos curtos, valorização da identidade cultural e alimentar, formação de capital humano, interrelação social, acesso à saúde, pluriatividade, integração dos espaços rural-urbano/urbano-rural, entre outros pontos atrelados (NAVARRO, 2001; VASSALLO, 2001; SCHNEIDER, 2004).

Dentre os pontos supracitadas, destacamos a importância da comercialização dos produtos da agricultura familiar, em particular desde os circuitos curtos. Conforme Marsden, Banks e Bristow (2000), esse processo se vincula no conhecimento, pelos consumidores, de (i) onde o produto adquirido foi produzido (lugar), (ii) sua origem (familiar ou não familiar) e, o (iii) sistema de produção empregado (sustentável ou não).

Dessa forma, o consumidor se aproxima do produtor (vice-versa) mediante uma cadeia de valor local que valoriza a construção de relações de confiança (SCHNEIDER; FERRARI 2015). Esse meio alternativo é oposto ao processo de comercialização mundializada hegemônica, no qual incorpora os particularismos produtivos/comerciais locais/regionais em um processo de integração/desintegração pelas grandes corporações (FISCHLER, 1990).

Os circuitos curtos fortalecem o desenvolvimento rural da agricultura familiar justamente por propiciar uma alternativa de comercialização mais justa e saudável, diminuindo a incidência dos intermediários e propiciando maior margem de lucro. Como exemplos, podemos citar os mercados institucionais, lojas de cooperativas e/ou associações, venda direta, entrega em domicílio, as feiras livres da agricultura familiar etc. (NIEDERLE; WESZ, 2018).

A relevância da agricultura familiar para o cenário socioeconômico nacional é inquestionável, entretanto, há inúmeros problemas que limitam o seu desenvolvimento: crédito rural (com tendência a monocultura), comercialização em circuitos curtos e/ou acesso a novos mercados, diversificação das atividades produtivas (rural e não rural), renda familiar, sucessão familiar, masculinização rural, governança vertical das políticas, entre outros (BANDEIRA; COSTA, 2018; CONTERATO; STRATE, 2019; SIMONETTI; BARDEN, 2022).

A promoção do desenvolvimento rural da agricultura familiar requer, obviamente, o estabelecimento de políticas públicas desde o Estado, ator principal e elementar nesse processo (GRANADOS et al., 2017). Não obstante, os estudos acadêmicos também se

constituem em uma peça-chave no tabuleiro, já que representam uma visão crítica das particularidades do desenvolvimento rural.

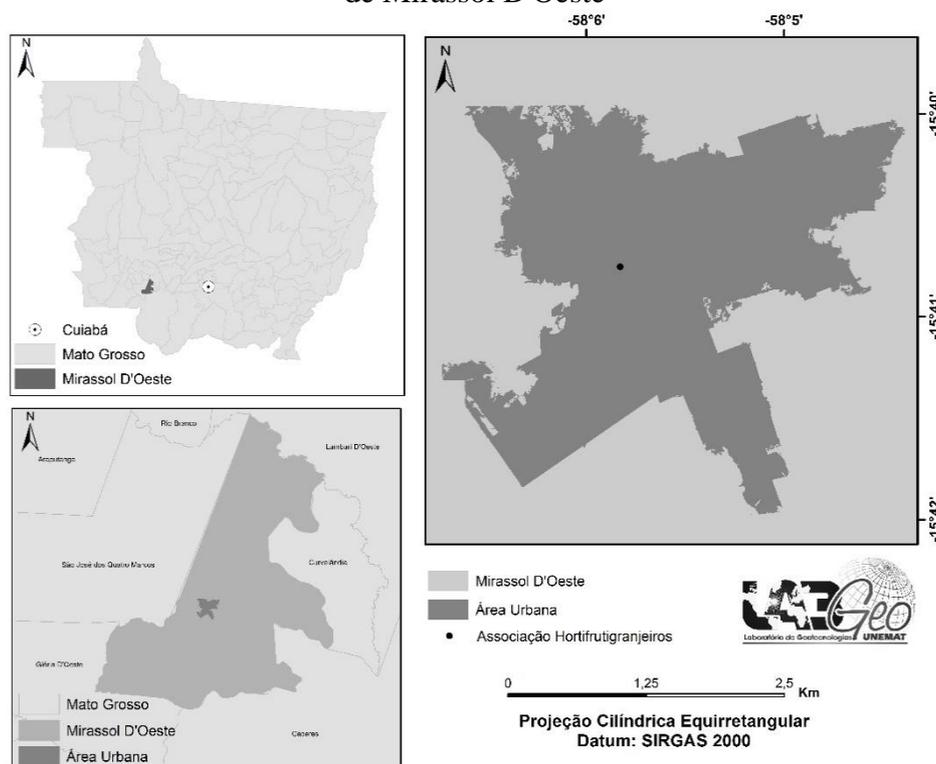
A partir do contexto apresentado, o objetivo do artigo é caracterizar os aspectos socioeconômicos da agricultura familiar da Associação de Hortifrutigranjeiros do município brasileiro de Mirassol D'Oeste, estado de Mato Grosso, vinculada a perspectiva do desenvolvimento rural.

Metodologia

Contexto local

A sede da Associação de Hortifrutigranjeiros está situada na área urbana da municipalidade de Mirassol D'Oeste, integrante da região sudoeste de planejamento do estado de Mato Grosso, Brasil (MATO GROSSO, 2017) (Mapa 1).

Mapa 1: Associação de Hortifrutigranjeiros nos contextos estadual, municipal e urbano de Mirassol D'Oeste



Fonte: Brasil (2020) e Mato Grosso (2020).

Organização: LabGeo UNEMAT (2022).

A extensão do município é de 1.079,70 km² e a sua população estimada em 2021 foi de 28.135 habitantes (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM -2010-) é de 0,704, considerado em alto desenvolvimento humano, com destaque o IDHM longevidade (0,816) e renda (0,723), enquanto o IDHM educação (0,592) se encontra abaixo da média dos demais indicadores (ATLAS BRASIL, 2022).

Na parte econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2019 se aproxima dos R\$ 784 milhões, dos quais 36% correspondem a serviços, 22% a indústria, 20% a administração pública, 13% a agropecuária e 9% a impostos; o PIB *per capita* é de R\$ 28.243 (IBGE, 2022).

A agropecuária do município está fortemente vinculada a pecuária extensiva (gado de corte) e a agricultura (cana-de-açúcar e soja), sistemas produtivos explorados maiormente pela agricultura empresarial. A agricultura familiar, em que 79% dos estabelecimentos rurais são familiares, se destaca pela hortifruticultura, contribuindo na geração de postos de trabalho, renda familiar, acesso a alimentos mais saudáveis pela população, segurança alimentar e nutricional, entre outros (SEABRA JÚNIOR et al., 2016).

Procedimentos metodológicos

A estratégia metodológica adotada partiu da (i) revisão do estado de arte sobre os temas agricultura familiar, caracterização socioeconômica, associativismo, hortifruticultura, comercialização, entre outros, seguido pelo (ii) levantamento de dados secundários e informações documentais disponíveis em páginas oficiais.

Posteriormente a estes dois procedimentos, se executou um (iii) estudo de caso com a agricultura familiar vinculada a Associação de Hortigranjeiros de Mirassol D'Oeste, atores sociais distribuídos no município mencionado e aos seus arredores (São José dos Quatro Marcos e Curvelândia). Conforme Yin (2009), essa técnica de investigação permite focalizar uma unidade de análise com a intenção de problematizar casos concretos, nesta oportunidade o “como” e “por que” das condições socioeconômicas da população em estudo.

Dessa forma, a investigação combinou as técnicas qualitativas (elementos com sentido de qualidade -nominais e/ou ordinais) e quantitativas (elementos com sentido de quantidade -intervalo e/ou razão) (BATTHYÁNY; CABRERA, 2011) através de

entrevistas semiestruturadas com todos/as os/as associados/as, totalizando 26 intervenções.

As perguntas-chave incluídas na investigação foram: local de nascimento dos investigados, gênero, divisão etária, sucessão familiar, nível de escolaridade, políticas públicas, distribuição do trabalho, fonte de renda, mão de obra empregada, sistema de produção e comercialização.

Para a compreensão dos dados qualitativos se empregou a análise de conteúdo, que consiste na interpretação, descrição e resumo da matéria apresentada, permitindo o conhecimento pontual (assim como a omissão dos inqueridos) e de tendências sobre as perguntas-chave (HECKER et al., 2019). Nos dados quantitativos, utilizou-se a estatística descritiva de frequência absoluta (FA -representação unitária) e frequência relativa (FR -representação porcentual).

Não obstante, (i) a cartografia temática foi utilizada para o georreferenciamento do território, bem como a localização da Associação no município, instrumentalizada por meio do software ArcGis, versão 9.2 (ESRI, 2007); (ii) respeitou-se o livre arbítrio e o anonimato dos/as entrevistados/as; (iii) ao longo do texto preferiu-se adotar o gênero neutro para a representação dos dados, ou seja, não se distinguiu entre masculino e feminino (agricultor/agricultora; entrevistado/entrevistada), assumindo uma linguagem indiferenciada.

Por fim, ressalta-se que a presente investigação foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), deferida pelo parecer n.º 1.449.552. Mais informações podem ser consultadas diretamente no site da Plataforma Brasil (<https://plataformabrasil.saude.gov.br>).

Resultados e discussão

A agricultura familiar investigada está organizada ao redor da Associação de Hortifrutigranjeiros, em que 27% dos entrevistados residem de 11 a 25 anos no município, 15% há mais de 26 anos, 12% sempre residiram na municipalidade, e 4% entre um (1) a cinco anos. Destaca-se que 42% dos associados moram na zona rural de São José dos Quatro Marcos e Curvelândia, municípios vizinhos e pertencentes a região sudoeste mato-grossense (MATO GROSSO, 2017).

Quanto ao local de nascimento, 85% dos inqueridos não são naturais de Mirassol D'Oeste: 42% são de origem do estado de Mato Grosso, seguido por São Paulo (34%), Minas Gerais (8%) e, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Paraná (4%, respectivamente) (Tabela 1). Szubris (2013) destacou que os movimentos migratórios que ocorreram em Mato Grosso contaram com uma alta integração daqueles com origem paulista.

Tabela 1: Distribuição geográfica do local de nascimento da agricultura familiar entrevistada

Estado	Cidade	Frequências	
		FA (por cidade)	FR
Mato Grosso	Mirassol D'Oeste	4 (4)	15,38
	Cáceres e São José dos Quatro Marcos	4 (2)	7,69
	Araputanga, Cuiabá e Salto do Céu	3 (1)	3,85
Minas Gerais	Frutal e Marmelópolis	2 (1)	7,69
São Paulo	Bilac, Dracena, Estrela D'Oeste, Jales, Junqueirópolis, Pereira Barreto, Pirapozinho, Santa Fé do Sul e Urania	9 (1)	3,85
Goiás	Edéia	1 (1)	3,85
Mato Grosso do Sul	Glória de Dourados	1 (1)	3,85
Pernambuco	Serra Talhada	1 (1)	3,85
Paraná	Altônia	1 (1)	3,85
Total		26	100

Fonte: pesquisa de campo (2017).

Essa diversidade regional encontrada no presente estudo também foi apontada por Scheuer, Neves e Galvanin (2017). Os autores sublinharam a mobilidade populacional como estratégia territorial de sobrevivência e de busca por melhores oportunidades, particularmente a novos espaços como o ocorrido na colonização do município de Mirassol D'Oeste.

O “processo migratório” observado encontra explicação no contexto político da segunda metade do século XX, no qual o Estado fomentava a ocupação de regiões mais distantes dos centros urbanos convencionais sob a óptica da “[...] expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola [...]” (CUNHA, 2006, p. 88). Essa vertente política promoveu, além da ocupação agropecuária, a criação de distintos municípios em Mato Grosso, encabeçados por povos de diferentes territórios (ALVES, 2005).

Ao se indagar os motivos de migração ao município, os inqueridos apontaram, basicamente, três fatores: (i) necessidade e/ou interesse em construir uma vida na

agricultura; (ii) conveniência do grupo familiar por cidades menores e mais tranquilas; (iii) melhores condições de empregabilidade familiar. Ressalta-se que esse processo de desbravamento foi dificultoso, além de exigir-se um árduo trabalho familiar para estabelecer-se no “novo território” (OLIVEIRA, 2018).

A respeito do primeiro fator, as “famílias migrantes” expuseram que se fixaram em áreas ditas não conhecidas para um “novo começo da vida”, e tinham como princípio o trabalho na agricultura para o autoconsumo.

Conforme Farias et al. (2017), a migração observada pode ser caracterizada como um movimento “ruralizador”, no qual se constituiu em uma alternativa para a autonomia familiar. Essa ocupação territorial permitiu a produção, consumo e comercialização dos excedentes produtivos, proporcionando equilíbrio econômico e social aos agricultores.

Destarte, entende-se por território o espaço concreto ou abstrato no qual se instrumentalizam as relações de poder, reafirmação das classes sociais, construção de redes de circulação e comunicação, interações com a natureza, identidades socioculturais etc. (SAQUET; ABRÃO, 2017).

Na medida que as famílias migram a outros territórios, naturalmente há um resgate das tradições dos atores sociais desde a sua perspectiva. Esse processo de re-territorialização social, cultural, produtiva, econômica etc., é que re-caracteriza o “novo começo da vida” (SCHEUER; NEVES, 2016) dos agricultores desde o “novo território”.

Quanto ao exposto, vale destacar que cultural e socialmente a terra é vista aos olhos da agricultura familiar miradolenses como um sonho de vida fortemente ligado a família. Essa aproximação teórica também foi discutida por Simonetti e Barden (2022), que a trataram como “ligação afetiva” entre o homem e a natureza:

Quando eu vejo a roça me dá uma saudade da minha infância, me lembro de quando meu pai tirava coragem, não sei de onde, para trabalhar na terra embaixo desse sol quente e garantir o sustento de toda família, de forma honesta e digna; isso eu ensino para os meus filhos (fragmento de uma entrevista).

A migração e os laços com a terra e a agricultura provavelmente fomentaram a constituição de vínculos sociais, tanto que houve a predominância de casados (70%) sobre os solteiros (15%), união estável (11%) e viúvos (4%) nos estabelecimentos agropecuários estudados, situação comum para a região (QUEIROZ et al., 2015). A divisão etária da população investigada se caracteriza particularmente como adulta, já que 81% possuíam idade superior aos 31 anos (Tabela 2).

Tabela 2: Divisão etária da agricultura familiar entrevistada

Divisão etária	Frequências	
	FA	FR
18 a 25	1	3,85
26 a 30	4	15,38
31 a 45	11	42,31
46 a 50	4	15,38
51 a 60	4	15,38
Maior de 61	2	7,69
Total	26	100

Fonte: pesquisa de campo (2017).

Dos agricultores entrevistados, 77% têm de um (1) a dois filhos, 15% com três a quatro e 8% não possuem filhos. Diante dos relatos, foi comum presenciar as afirmações de que as crianças/jovens são a esperança de perpetuação das tradições e da cultura da produção familiar no espaço rural, situação discutida por Menezes, Reis e Andrade (2022).

Não obstante, os agricultores consultados discutiram que os jovens menores de 18 anos não demonstram interesse em dar continuidade ao trabalho exercido por seus pais, dificultando a sucessão familiar e contribuindo ao êxodo rural. Em geral, os entrevistados afirmaram que seus filhos tendem a abandonar o labor rural por novas oportunidades de trabalho na cidade.

Santos, Correa e Shinaigger (2019) e Scheuer et al. (2021) expuseram que a principal causa de dispersão dos jovens do campo se refere a busca de melhores perspectivas acadêmicas e laborais, reduzindo a disponibilidade de mão de obra familiar nos sistemas de produção agropecuários.

Em consequência, há um constante processo de envelhecimento das famílias rurais fruto das dificuldades de transição entre as gerações, colocando em risco a reprodução familiar, as tradições locais e até mesmo o desenvolvimento rural do território (FARIAS et al., 2017).

A problemática se agrava pelo êxodo feminino do campo. Em discussão com os entrevistados, particularmente do público feminino, se observou que seus antecessores priorizavam a sucessão da propriedade rural aos filhos homens, marginalizando as mulheres das atividades agropecuárias. Essa cultura machista e paternalista dificulta a sucessão rural feminina, encaminhando a masculinização do campo (BANDEIRA; COSTA, 2018).

Essa masculinização também foi verificada na distribuição das tarefas do campo: (i) os filhos conciliam os estudos com os deveres do quintal (meninos) e atividades da casa (meninas); (ii) as mulheres desempenham algumas funções produtivas e de comercialização das hortaliças, além do trabalho doméstico; (iii) aos homens recaem a produção e comercialização.

Perante o pretexto da força física (TECCHIO et al., 2019), é clara a distribuição desigual das atividades diárias. De acordo com Bandeira e Costa (2018), infelizmente à mulher rural se relega as atribuições domésticas “mais leves” e de suporte ao homem, e a este o trabalho “mais duro” na lida diária.

O tema subsequente abordado se referiu ao nível de escolaridade dos entrevistados, com prevalência do ensino fundamental incompleto (50%) sobre o médio incompleto (31%) e fundamental completo (19%), ou seja, se encontrou uma baixa formação escolar para o público estudado. Estes dados se relacionam com a escolaridade da população de Mirassol D'Oeste, em que 59% não chegaram a finalizar o ensino fundamental (ATLAS BRASIL, 2022).

Segundo os inqueridos, as condições de acesso e/ou benefícios relacionados ao ensino eram praticamente incipientes ao comparar com as atuais políticas educacionais. Um dos pontos levantados foi em relação ao transporte escolar, inexistente na época dos “pais”, já aos “filhos” é um direito da criança e do adolescente das zonas rurais e urbanas (ANSELMO FILHO; NOGUEIRA; PAULA, 2020).

Nesse mesmo raciocínio, foi comum os diálogos de que os “pais dos atuais pais” priorizavam a força de trabalho diante a formação acadêmica dos filhos. Essa situação muito provavelmente implica em dificuldades para o manuseio de informações técnicas, práticas de manejo, qualidade do sistema de produção agropecuário, comercialização, acesso a políticas públicas etc., resultando em limitações no ingresso familiar (CAIONI et al., 2020).

Dessarte, se questionou aos agricultores familiares sobre o acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural, em particular ao PRONAF (crédito rural), Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (ambos relacionados a comercialização agropecuária).

Desventuradamente, somente 8% da população estudada acessou determinada política, nesse caso o crédito rural. Em complemento a essa pergunta, se indagou a

respeito da noção de alguma política direcionada ao desenvolvimento rural (crédito, capacitação, assistência, extensão, comercial etc.) a nível nacional, estadual e municipal, e novamente se detectou o desconhecimento de tais instrumentos públicos (92%).

A situação verificada não é ímpar aos agricultores de Mirassol D'Oeste. Queiroz et al. (2015), Scheuer et al. (2018) e Neves et al. (2021) exploraram a temática nos municípios vizinhos e apresentaram o baixo e/ou limitado acesso às políticas públicas. O resultado que decorre dessa barreira se traduz, em muitos casos, no abreviado dinamismo socioeconômico rural, limitados ingressos familiares, qualidade de vida aquém do normal, marginalização tecno-produtiva, entre outros, fatores que implicam negativamente no desenvolvimento rural.

A partir das inquirições, 65% dos entrevistados afirmaram que a principal fonte de renda familiar advém exclusivamente da atividade agropecuária, afora de sua inserção nas feiras livres, estratégia comercial basilar à agricultura familiar (CRUZ et al., 2020).

Os 35% restantes advêm de outras atividades profissionais que complementam os ingressos familiares (AQUINO et al., 2020), particularmente no trabalho da mulher em domicílios alheios ao próprio (diarista -tarefas domésticas-). Esse “complemento” pode ser compreendido como uma estratégia de fortalecimento da renda do núcleo familiar, sustentado na maioria pela força feminina (SILVA; STEWARD, 2019).

Em análise a renda, 50% dos agricultores familiares consultados obtiveram em média um salário-mínimo, 19% chegaram a uma média de dois a quatro salários, outros 19% relataram que não alcançaram a um salário (12% não responderam). Consoante os dados do IBGE (2022), o salário médio mensal dos miradolenses para 2019 foi de 2,1 salários, cifra superior ao encontrado para os agricultores da Associação.

Em consideração aos dados, a renda obtida desde a estratégia produtiva e comercial adotada pelos entrevistados da Associação de Hortifrutigranjeiros, além dos proventos oriundos do trabalho extra-estabelecimento da mulher, não se equipara com a média mensal dos miradolenses.

A questão da renda das famílias rurais é objeto de preocupação de distintos investigadores/as. Carneiro (1999), Grisa e Schneider (2014), Aquino et al. (2020) e Nunes, Moraes e Rossonic (2020) discutiram sobre as limitações dos ingressos familiares diante o modelo produtivo agropecuário, que marginaliza os agricultores descapitalizados e dificulta sua inserção comercial. Discutem, ainda, a importância do

Estado no desenho de políticas públicas específicas às famílias rurais, tendo como eixo orientador o desenvolvimento rural dos agricultores familiares.

Quanto ao sistema de produção, se observou o predomínio das hortaliças, utilizados tanto para o autoconsumo, quanto para à venda (excedente), chegando à mesa de distintas famílias rurais e/ou urbanas. Segundo Seabra Júnior et al. (2016), a produção de hortaliças é uma das características da atividade produtiva e econômica da agricultura familiar da região, considerando que requer pequenas áreas para o seu desenvolvimento.

Posto isso, sublinha-se que a mão de obra nos estabelecimentos produtivos gira em torno do trabalho familiar (SEABRA JÚNIOR et al., 2016), aliada as tradições e conhecimentos transmitidos entre as gerações (SANTOS; CORREA; SHINAIGGER, 2019). Essa instância sociocultural geracional foi abordada por um agricultor:

Cresci ajudando meus pais na horta, nossas alfaces são limpas, não usamos muito veneno; na época de chuva que fica mais difícil o controle dos bichinhos e perdemos muitas alfaces (fragmento de uma entrevista).

Afora a cultura intergeracional, se destaca o esmero por um sistema produtivo que mira a qualidade dos alimentos oferecidos para a comercialização, tendo em conta que os consumidores são exigentes na escolha/seleção dos produtos, ademais que uma parte da produção se destina ao autoconsumo (COSTA et al., 2022).

Em relatos colhidos com os agricultores, o aspecto físico/visual das hortaliças é decisivo aos consumidores. Ademais, o emprego de pouco/nulo de defensivos agrícolas contribui em uma estratégia comercial de convencimento, induzindo positivamente os clientes pela compra de seus produtos alimentícios.

Dentre os entrevistados, 27% afirmaram que usam somente defensivos orgânicos e/ou biológicos no sistema produtivo, 15% agrotóxicos, 12% não usam nada e, 46% não souberam/quiseram responder. Ao indagar se acessaram alguma política pública e/ou contaram com apoio público para a produção agroecológica/orgânica e certificação, a resposta unanimemente foi negativa. Esse cenário não é ímpar a agricultura familiar investigada, sendo ressaltado por outros pesquisadores (CAIONI et al., 2020; SCHEUER et al., 2021).

Em relação à produção familiar e posterior comercialização, 38% destinaram exclusivamente à feira livre da agricultura familiar do município de Mirassol D'Oeste (4% não opinaram), sede da Associação. Há que sopesar que a comercialização de produtos de alguns agricultores da Associação não foi destinada essencialmente à feira

municipal de Mirassol D'Oeste, sendo que 58% a encaminharam a outras feiras localizadas nas urbes de São José dos Quatro Marcos (47%), Cáceres (27%), Curvelândia (13%) (13% não opinaram) (Tabela 3).

Tabela 3: Produtos e comerciantes na feira municipal de Mirassol D'Oeste

Produtos comercializados	Frequências		Comerciantes
	Bancas (FA)	Bancas (FR)	
Hortaliças	10	16,67	Agricultura, feirante, atravessadores
Leguminosas	8	13,33	Agricultura, feirante, atravessadores
Lanches	7	11,67	Feirante
Frango caipira e ovos	6	10	Agricultura
Mandioca (<i>Manihot esculenta</i>)	5	8,33	Agricultura, atravessadores
Frutas	5	8,33	Agricultura, atravessadores
Brinquedos e roupas	4	6,67	Feirante
Gueroba (<i>Syagrus oleracea</i>)	3	5	Agricultura
Pães, bolachas	3	5	Feirante
Açougues (carnes bovina e suína)	3	5	Feirante
Derivados do leite	2	3,33	Feirante
Caldo de cana	1	1,67	Agricultura
Doces	1	1,67	Feirante
Raízes medicinais, pomadas e xaropes	1	1,67	Feirante
Peixe fresco e carnes	1	1,67	Feirante
Total	60*	100	-

Fonte: pesquisa de campo (2017). *múltiplas respostas pelos entrevistados.

Conforme as observações, o motivo pelo qual levaram os agricultores a expandir a comercialização para além do município miradolense encontra guarida na necessidade de ampliar o destino, buscando dessa forma otimizar a produção e inserção comercial, garantindo renda estável para o sustento familiar.

Independentemente da localização da feira na qual a agricultura familiar está inserida, 23% dos entrevistados comercializaram hortaliças, 19% de alimentos artesanais e/ou processados (salgados, confeitaria, pães, caldo de cana), 14% de leguminosas e frutas, 9% de derivados lácteos e milho-verde *in natura* e 3% de produtos medicinais, ovos, galinha caipira e suínos.

Percebeu-se, diante do levantamento, que a agricultura familiar vinculada a Associação adotou estratégias antagônicas a monocultura: estabeleceu-se para si uma

visão socioeconômica e ambiental no qual predomina a produção de diferentes produtos (SEABRA JÚNIOR et al., 2016), sejam de ordem primário (leguminosas, milho etc.) como secundário (pães, salgados etc.).

Essas estratégias significam, antes de tudo, no estabelecimento de uma matriz produtiva diversificada -pluriatividade-, com canais de comercialização local/territorial (MODENESE; SANT'ANA, 2019; PROFETA et al., 2020).

A participação e o envolvimento dos agricultores familiares nas feiras agropecuárias representam inúmeros benefícios socioeconômicos às famílias rurais e aos consumidores de este tipo de mercado (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017; CONTERATO; STRATE, 2019; CRUZ et al., 2020): estimula a produção rural e viabiliza a comercialização dos produtos em um espaço físico e social em diferentes perspectivas; os circuitos curtos proporcionam a diversificação e geração de renda aos agricultores, e aos consumidores a aquisição de alimentos saudáveis, frescos e inclusive sustentáveis; resulta em um ambiente de sociabilidade, que dizer, de conexão rural-rural, rural-urbano e, urbano-urbano, uma verdadeira simbiose social.

Considerações finais

A agricultura familiar estudada é heterogênea enquanto ao seu contexto histórico familiar, na qual grande parte dos entrevistados migraram de distintos territórios até o município de Mirassol D'Oeste. Dessa forma, as famílias rurais re-territorializaram o espaço concreto e abstrato, dando um “novo começo à vida” desde o estabelecimento da agricultura, até a constituição de laços sociais (como exemplo, a Associação de Hortifrutigranjeiros) e/ou matrimoniais (maiormente casados).

O perfil etário da população estudada se caracteriza particularmente como adulta, encaminhando-se para um envelhecimento rural. Este fator é corroborado pela desmotivação dos jovens a respeito do mundo rural, o que muito provavelmente afetará a sucessão familiar e a continuidade dos estabelecimentos agropecuários.

Encontrou-se, também, alguns indicativos de uma “masculinização rural” ao se analisar a distribuição das tarefas do campo, cabendo as mulheres as atividades “mais leves” do trabalho rural e afazeres domésticos, e ao homem o labor “mais pesado” da lida diária. Em suma, a renda familiar tem origem na atividade agropecuária, porém, os

ingressos extra estabelecimento foram oriundos da força de trabalho da mulher como doméstica em lares alheios ao seu.

Destarte, se corroborou que o nível de escolaridade dos inqueridos é baixo, assim como nos dados oficiais para a população em geral. Entretanto, há um disparate ao comparar a renda média familiar dos inqueridos com as informações estatísticas do município, o que nos leva a compreensão do porquê os jovens decidirem migrar do campo para a cidade.

Uma das formas que as famílias rurais encontraram para contrarrestar esse “desencontro” econômico foi a partir da diversificação produtiva e inserção comercial a partir das feiras livres. Assim, o principal sistema produtivo verificado foi o de hortaliças, predominando um modelo com baixa dependência de agrotóxicos, visão que os entrevistados sustentaram diante do poder de decisão dos consumidores, que priorizam os alimentos de vertente sustentável, bem como pela busca de qualidade de vida, já que uma parte da produção se destina a suas mesas.

O principal destino da produção foram as feiras livres em Mirassol D'Oeste, e em municípios vizinhos, a citar São José dos Quatro Marcos, Cáceres e Curvelândia. Dessa maneira, os agricultores familiares conseguem melhor articular a capacidade produtiva de seus estabelecimentos em diferentes mercados, ou seja, ampliam o leque de oportunidade para a comercialização rural, o que lhes proporciona uma maior perspectiva de renda familiar.

Desde a análise dos dados, bem como na observação a campo diante o limitado acesso às políticas públicas, alguns instrumentos poderiam ser desenhadas considerando as particularidades do território estudado: (i) capacitação rural e técnica para a formação crítica/social, produtiva (agroecológica, orgânica), comercial (feiras livres) etc.; (ii) ressignificação da mulher rural e inserção da juventude nos processos produtivos; (iii) diversificação da renda a partir da ampliação do valor agregado aos produtos agropecuários (agroindustrialização); (iv) fortalecimento e valorização dos alimentos territoriais nos circuitos curtos; entre outras variáveis que condicionam o desenvolvimento rural da agricultura familiar.

Referências bibliográficas

ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. *Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 40-68, jan./jun., 2005.

ANSELMO FILHO, S.; NOGUEIRA, E. M. L.; PAULA, M. S. A trajetória da política pública de transporte escolar rural no modo aquaviário. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 31, p. 413-426, jan./dez., 2020.

AQUINO, J. R. et al. Agricultura familiar no Rio Grande do Norte segundo o Censo Agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, p. 113-131, agosto, 2020.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-142, jan./mar., 2018.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**: Mirassol D'Oeste, MT. Rio de Janeiro: PNUD, FJP e IPEA, 2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/510562#sec-demografia>. Acesso em: 11 set. 2022.

BANDEIRA, S. M.; COSTA, M. R. C. Migração feminina do meio rural: um estudo de caso no município de Canguçu/RS. *Acta Geográfica*, Boa Vista, v. 12, n. 28, p. 90-111, jan./abr., 2018.

BATTHYÁNY, K.; CABRERA, M. **Metodología de la investigación en Ciencias Sociales**: apuntes para un curso inicial. Montevideo: Udelar, 2011.

BELEM, R. D. C.; RADOMSKY, G. F. W. La constitución de la categoría "agricultura familiar" en Brasil a partir de la perspectiva de la legibilidad y de los márgenes del estado. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, Montevideo; Buenos Aires, v. 3, n. 5, p. 92-113, jan./jun., 2018.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015**: avanços e desafios. Brasília: MDA. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Projetos de Assentamento Total**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2020. Disponível em: https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py#:~:text=Assentamento%20Brasil_MT.zip. Acesso em: 8 ago. 2022.

CAIONI, C. et al. Sustentabilidade da produção hortícola familiar do município de Carlinda, Mato Grosso, Brasil. *Revista Geográfica Venezolana*, Mérida, v. 61, n. 1, p. 56-70, jan./jun., 2020.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. *In*: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Eds.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

CONTERATO, M. A.; STRATE, M. F. D. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 227-245, jan./abr., 2019.

COSTA, M. M. et al. Family agriculture in mesoregions of the state of Alagoas, Brazil: Analysis from the production of rural settlements. **African Journal of Agricultural Research**, Victoria Island, v. 18, n. 5, p. 340-345, maio 2022.

CRUZ, M. S. et al. Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 35, p. 90-120, abr., 2020.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun., 2006.

ESCOBAR, G.; BERDEGUÉ, J. Conceptos y metodología para la tipificación de sistemas de finca: la experiencia de RIMISP. *In*: ESCOBAR, G.; BERDEGUÉ J. (Eds.). **Tipificación de sistemas de producción agrícola**. Santiago de Chile: RIMISP, 1990. p. 13-44.

ESRI. **ArcGIS Desktop**: release 9.2. Redlands, CA: Environmental Systems Research Institute, 2007.

FARIAS, J. L. S. et al. Construção social de mercados: Estratégia de fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares no semiárido brasileiro. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 23, n. 44, p. 153-168, jan./jun., 2017.

FISCHLER, C. **L'Homnivore**. Paris: O. Javob, 1990.

GRANADOS, S. et al. **Reflexiones sobre el sistema alimentario y perspectivas para alcanzar su sostenibilidad en América Latina y el Caribe**. Santiago: FAO, 2017. E-book. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/card/es/c/29f52e52-29fb-4c4d-92df-81f53ab4b979/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 125-146, fev., 2014.

HECKER, S. et al. How Does Policy Conceptualise Citizen Science? A Qualitative Content Analysis of International Policy Documents. **Citizen Science: Theory and Practice**, Whitechapel Road, v. 4, n. 1, p. 1-16, dez., 2019.

IBGE. **Brasil/Mato Grosso/Mirassol D'Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/mirassol-doeste/panorama>. Acesso em: 22 jun. 2022.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 19 jun. 2022.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas**: revista de Ciências Sociais, Araraquara, v. 12/13, p. 55-72, jan./dez., 1989/90.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar**: comparação internacional: uma realidade multiforme. Campinas: Unicamp, 1993.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424-438, out., 2000.

MATO GROSSO. **Base Cartográfica do Estado de Mato Grosso na escala 1.100.000**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 2020. Disponível em: <http://geoportal.seplan.mt.gov.br/metadados/srv/por/catalog.search#/home>. Acesso em: 19 jun. 2022.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos e linhas estruturantes. *In*: PRADO, J. G. B.; BERTCHIELI, R.; OLIVEIRA, L. G. (Org.). **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso**. Cuiabá: Central de Texto, 2012. 108 p.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 5, p. 83-92, out./dez., 2014.

MENEZES, E. F.; REIS, R. A.; ANDRADE, M. O. P. A juventude ribeirinha de Porto Velho-RO e as dinâmicas entre território e lugar. **Revista Diálogos: Economia e Sociedade**, Porto Velho, v. 6, n. 1, p. 1-15, jul., 2022.

MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, p. 636-655, out./dez., 2019.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, dez., 2001.

NEVES, J. F. et al. Milho verde na agricultura familiar em Cáceres-MT: desafios e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 3, p. 438-451, set./dez., 2021.

NIEDERLE, P. A. A institucionalização da agricultura familiar no Mercosul: da definição normativa aos sistemas nacionais de registro. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 20, n. 1, p. 67-94, jan./abr., 2017.

NIEDERLE, P.; WESZ Jr., V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NUNES, A. P.; MORAES, M. L.; ROSSONIC, R. A. Eficiência da Agricultura Familiar nos Municípios Paranaenses. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 34, n. 2, p. 133-157, jan./jun., 2020.

OLIVEIRA, N. A. Políticas migratórias e a formação de identidades sociais em Nova Xavantina (MT). **História Unisinos**, Vale do Rio dos Sinos, v. 22, n. 2, p. 240-253, maio, 2018.

PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 10, n. 2, p. 67-78, dez., 2017.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 63-84, fev., 2014.

PROFETA, G. A. et al. Pluriatividade e economia criativa: um estudo de caso sobre a geração de renda no assentamento Zumbi dos Palmares - Campos dos Goytacazes, RJ. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 14, n. 34, p. 109-137, dez., 2020.

QUEIROZ, N. F. R. et al. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200, set./dez., 2015.

RENOLFI, C. M.; PÉREZ, S. F. Tipificación de los sistemas productivos agropecuarios en el área de riego de Santiago del Estero, Argentina. **Problemas del Desarrollo**, Coyoacán, v. 36, n. 140, p. 63-88, jan./mar., 2005.

SANTOS, M. S.; CORREA, E. S.; SHINAIGGER, T. Diagnostico socioambiental e econômico dos quintais produtivos para agricultura familiar na Amazônia: estudo de caso em Fordlândia, Aveiro (PA). **Nature and conservation**, Aracajú, v. 12, n. 1, p. 46-54, jan./abr., 2019.

SAQUET, M. A.; ABRÃO, J. A. A. A territorialização na agricultura familiar. In: SUZUKI, J. C.; ARAÚJO, V. B.; LARA, O. G. H. **Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. p. 101-123.

SCHEUER, J. M. et al. Sustentabilidade dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana de São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 122-141, set./dez., 2018.

SCHEUER, J. M. et al. Sostenibilidad de las prácticas agropecuarias de la agricultura familiar productora de maíz verde de Cáceres/Brasil. **Revista Agroalimentaria**, Mérida, v. 27, n. 53, p. 147-166, jul./dez., 2021.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A. S. Identidade territorial das famílias rurais do município mato-grossense de São José dos Quatro Marcos. *In*: FERREIRA, G. H. C. (Orgs.). **Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais**. Jundiá: Paco Editorial, 2016. p. 247-266.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A.; GALVANIN, E. A. dos S. Migração e sustentabilidade dos agricultores familiares vinculados a uma associação em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso. **Revista Geografia Acadêmica**, Boa Vista, v. 11, n. 1, p. 87-103, 2017.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun., 2004.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set., 2010.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, jan./mar., 2015.

SEABRA JÚNIOR, S. et al. Dia do Produtor de Hortaliças. **Revista Cultura & Extensão UNEMAT**, Cáceres, v. 1, n. 1, p. 24-35, jan./jun., 2016.

SILVA, A. A.; STEWARD, A. M. A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 13, n. 2, p. 208-229, jul./dez., 2019.

SIMONETTI, E. R. S.; BARDEN, J. E. Agricultores familiares nos assentamentos em Araguatins/TO: identidade e a relação com a terra. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 44, p. 278-298, abr., 2022.

SZUBRIS, E. B. O processo de nomeação da cidade de Mirassol D'Oeste. **Revista Diálogos**, Cuiabá, v. 1, p. 1-8, 2013.

TECCHIO, A. et al. Estratégias alimentares de famílias rurais pobres na região oeste de Santa Catarina. **Redes, Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 217-240, set., 2019.

VASSALLO, M. **Desarrollo rural: teorías, enfoques y problemas nacionales**. Montevideu: Facultad de Agronomía, 2001.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 5. ed. California: Sage, 2009. 312p.

Recebido em 18/11/2022 Aceito para publicação em 30/12/2022
--